



A COVID 19 COMO MEDIAÇÃO À SOBREVIVÊNCIA DA COLETIVIDADE: O DEMÉRITO DA NECESSIDADE E DA LIBERDADE INDIVIDUAL

COVID 19 AS MEDIATION TO THE SURVIVAL OF THE COLLECTIVITY: THE DEMERIT OF NEED AND INDIVIDUAL FREEDOM

Raimundo Sócrates de Castro Carvalho¹

Glauceley Ramos Figueiredo Carvalho²

Resumo: O presente artigo versa sobre a importância do papel do trabalho como condição fundante do ser social e de seus rebatimentos nas ações que determinaram às condições das necessidades coletivas que metabolizam a relação homem-meio. Realidade que as transformações impostas pela pandemia da Covid 19, fez insurgir no âmbito do espaço e em perspectiva territorial global, os sentimentos de tenacidade que os indivíduos passaram a externa, como comportamento no meio social, abdicando das liberdades e necessidades individuais, impostas pelo mercado, através da lógica neoliberal e de reprodução do capital.

Palavras-chaves: trabalho, pandemia, necessidades individuais, defesa da vida e direito coletivo.

Abstract: This article deals with the importance of the role of work is fundamental condition of the social being and its repercussions on the actions that determined the conditions of collective needs that metabolize the man-environment relationship. A reality that the transformations imposed by the Covid 19 pandemic brought about, in the scope of space and in a global territorial perspective, the feelings of tenacity that individuals passed to external, as behavior in the social environment, abdicating individual freedoms and needs, imposed by the market, through the neoliberal logic and the reproduction of capital.

Keywords: work, pandemic, individual needs, defense of life and collective right.

¹ Doutorando no programa de Pós Graduação em Geografia da UFPA – Estado do Pará – socratesufpa@gmail.com

² Graduada com Especialização em Geografia da Amazônia – FIBRA – Estado do Pará – graulely@gmail.com



INTRODUÇÃO

A princípio gostaríamos de esclarecer que o breve ensaio realizado foi desenvolvido no ano de 2020, no momento que ainda não podíamos contar de forma prática com as vacinas, já que estas estavam em processos de estudos e pesquisas, que seguiam os protocolos de verificação e investigação das afeições metodológicas do campo científico, através das fases necessárias da mesma, até o momento de certificação da vacina, e posterior processo de compra e distribuição.

O breve ensaio que faço constitui-se como desdobramento do estudo e pesquisa que ora desenvolvo como discente do Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal do Pará, onde venho desenvolvendo estudos, sobre o foco da Geografia do Trabalho, motivo que me fez desenvolver algumas análises e estudo no âmbito da categoria trabalho, assim como, o contexto da centralidade do trabalho hoje.

Mediante o quadro pandêmico provocado pela Covid 19, que detém dimensões territoriais planetárias, buscamos refletir alguns conceitos que debatemos no estudo sobre a precarização do trabalho e suas reflexões nos processos de informalização, que estão vinculados aos conceitos de liberdade e necessidades mediante ao processo de produção e reprodução do capital. Realidade que o quadro da pandemia fez externar e de certa maneira, mexeu com o mundo das necessidades exteriorizadas pelo capital, assim como, a subjetividade dos indivíduos mediante a questões individuais e coletivas.

As mudanças do ser mediante à face do vírus

Compreender uma das faces do quadro pandêmico exercido pelo Corona vírus (SAS-COV- 02), e mesmo pela doença gerada, no caso a Covid -19, através da dinâmica territorial e na própria condição de produção do espaço no Brasil, a partir de reflexões dadas no âmbito da relação metabólica do homem mediante a natureza, ou seja, das relações dadas a partir da relação homem-sociedade-natureza.

Onde princípios vinculados aos traços, mas gerais, desta dualidade, serão verificados através do contexto interpretativo, no âmbito da perspectiva histórica material. Esse é o propósito deste breve ensaio do artigo ora proposto.

O quadro pandêmico não só sinalizou, mas revelou que realmente, nossas consciências, são plasmadas histórica e materialmente, nas ações e comportamentos do homem em sociedade, ou seja, como ser social. A pandemia soprou por terra, as visões casualistas das liberdades e necessidades do homem em sociedade.



Principalmente por deixar de forma translúcida, para a ação do homem, a primazia das leis da natureza e suas feições objetivas, que promovem e apontam as dinâmicas e comportamentos do homem em sociedade, no tocante as questões “em si”, que promovem as formas de organização e das vivências de prioridade no tocante a vida “para si”, ou seja, colocando em xeque as questões das necessidades de liberdades-egoísticas versus liberdades-coletivas.

Neste sentido as liberdades pautadas no âmbito do mundo das necessidades, possibilita-nos compreender que as às leis e/ou demonstrações da natureza, necessitam ser compreendidas de forma que possam atender às condições exteriores da natureza, e mesmo as relações externadas humanas, como condição e pertencimento humano natural, como bem aponta LENINE, em sua obra *Materialismo e Empiriocriticismo*, pois, afirma que a liberdade é a inteligência da necessidade. O desenvolvimento de qualquer consciência individual e o dos conhecimentos coletivos de toda a humanidade mostram-nos a cada momento, a “coisa em si” desconhecida transformando-se em “coisa para si” conhecida (1975).

Neste meandro fica compreensível quando passamos a perceber que a liberdade das vontades individuais no quadro atual, possibilitou, a todos decisões coerentes com a realidade e sua concreticidade, ou seja, a liberdade consiste, na coerência do domínio de nós mesmos e sobre a natureza exterior, tendo por condição basilar, o conhecimento das necessidades naturais.

Engels considera o conhecimento e a vontade do homem, por um lado, e as leis necessárias da natureza, por outro, e, abstendo-se de qualquer definição, constata simplesmente que as leis necessárias da natureza constituem o elemento primordial, sendo a vontade e o conhecimento humano, o elemento secundário. (LENINE, p.168.1975).

Neste sentido, há necessidade de compreender os homens, como se fazendo parte da natureza e, ao interagirem no espaço físico, constituem as organizações sociais, as civilizações, as cidades, a política, etc. ou seja, dando origem ou produzindo uma especificidade enquanto seres humanos, e, portanto, produzindo a natureza humana. Natureza que poderíamos dizer, ser diferente, da natureza primeira, a natureza física na qual ele (o homem) teria emergido, mas também, diferente na natureza das coisas produzidas por ele, ao transformar a primeira.

No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Organizando a



produção, organizativa a vida social e organizativa o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidade e desejos. (SANTOS, p. 17. 2008).

Buscar compreender a realidade, a nossa experiência e o nosso conhecimento pelo e através de adaptações e da compressão do espaço-tempo de forma objetiva, assim como, refletindo-os, com mais intensidade e profundidade, revelaremos as necessidades humanas na sua plenitude, onde poderemos compreender todas as reais necessidades, à vida como também as contradições externadas no espaço. Como bem revela SANTOS, quando aponta sua perspectiva investigativa, através dos sistemas de ações e de sistemas de objetos. (2008).

Neste sentido se faz necessário compreender a realidade como totalidade e movimento, onde a capacidade do pensamento e a consciência são produtos do cérebro humano, e que o próprio homem é um produto da natureza, ou mesmo do conjunto dela, ou seja, o que importa é a matéria em movimento, a consciência dada e aprendida, a partir das necessidades conhecidas e externadas na sociedade pela própria natureza.

O sentido de refletir questões da natureza, propícia nos retomarmos e obtermos entendimentos, acerca do conceito e sentido histórico das ações e das relações homem-natureza, onde o homem foi pouco a pouco, adicionando artefatos à natureza e/ou retirando e se apropriando do que ela fornecia. A partir de uma constituição de base e de afeição filosófica, como condicionantes primárias da transformação humana, onde, o trabalho e as relações metabólicas do homem, propiciaram, a condição fundante das verificações de humanidade e em sociedade, no “grunhir” do homem moderno e de sua formação espacial. Realidade verificada por Santos, ao apontar que o fator distintivo determinante é o trabalho; o que torna o homem uma forma de vida *su géneris* é a capacidade de produzir. (2008. p. 95).

Por mais que sejamos sabedores que as subversões erguidas pela corrosão do caráter humano, dado no sentido de como as virtudes humanas pelo e através do trabalho foram se dando ao longo do processo de desenvolvimento e aprimoramento das condições do trabalho do homem, pois, este deveria seguir o caminho de criação e efetivação de suas necessidades mediante a natureza, como Marx, bem compreende, se utilizado do que ela, o ofertava e criando instrumentos que passaram a ser verdadeiras extensões, de sua condição corpórea, primeiramente como instrumentos que ora desenvolviam, como prolongamento do seu corpo e em seguida, a própria terra, como suas características telúricas.



No começo da história do homem, seus instrumentos de trabalho eram separados; hoje estão cada vez mais indivisíveis, como uma estrada de ferro, uma autopista, etc. O caminho histórico dos instrumentos de trabalho vai, cada vez mais, da divisibilidade à invisibilidade, e do dado isolado ao sistema. É o que ocorre com a energia elétrica, a água, o telefone, etc. (SANTOS. p. 73. 2008).

Tendo como debate as perspectivas teóricas sobre as diferenciações produtivas que ocorrem no mundo, assim como as condições humanas primárias onde não se perfazia as necessidades de pilhagem pela exploração, as percepções mais econômicas trazidas pelas *guildas*³ e da nascente economia política. Certos de termos referenciais, que determinaram, o marco regulatório representado pelo estamento estatal e das ideias liberais, que aglutinaram importantes contribuições para a discussão do trabalho, tanto como categoria econômica ligada à produção de valores, como participação do ser humano em uma determinada historicidade, ao mesmo tempo determinante e determinado por texturas institucionais que fomentam e caracterizam o modo de ser de cada período.

Neste sentido o advento das ações e de sua capacidade de criação e de desenvolvimento, onde as técnicas tinham que estar vinculadas e legitimadas, para que toda a capacidade de observação, assim como, de suas práticas pudesse propiciar, não só o surgimento, mas seu próprio desenvolvimento, onde a ciência poderia propor-lhe um caminho mais seguro. Para que todas as necessidades, em meio as condições de crescimento quantitativo e qualitativo, estivessem cambiados, pelo bem da coletividade humana, ou seja, para a sociedade e ao fortalecimento da condição das necessidades humanas, em sua totalidade, ou seja, ao bem comum.

Em eras bastante remotas, os instrumentos de trabalho eram um prolongamento do homem, mas, à medida que o tempo passa, vão-se transformando em prolongamento da terra, próteses ou acréscimos à própria natureza. (SANTOS. p. 72. 2008).

Dessa forma, o meio de trabalho é aquilo com o qual, o trabalhador tem o contato mais direto, pois, sua relação com objeto é mediada por ele. O meio, portanto, é uma

³ Guildas: Estas tensões resultaram, em grande medida, do diálogo crítico de Marx com os grandes complexos científicos culturais de seu tempo: a filosofia alemã, a economia política inglesa, o materialismo francês, que propiciaram pontar como agentes antecedentes do capitalismo as relações que produção e de trabalho que ora era imprimido no momento de superação da produção via artesanatos, para as técnicas dadas nas manufaturas, que propiciaram o desenvolvimento comercial, através dos sistemas de guildas, ver Marx – Livro I Capital - 2017.



espécie de prolongamento dos órgãos humanos. Nesse momento, Marx (2011) retoma uma afirmação que aparece inúmeras vezes nos *Grundrisse*. Sobre a terra como sendo o arsenal originário do meio de trabalho, além de fornecer os já mencionados meios de vida, prontos para o consumo e de se constituir num objeto universal do trabalho. Marx observa também que o uso do instrumento é praticamente definitivo da atividade humana.

Isso não é algo de alucinação ou de conjecturas infundadas, pois, a ciência, a tecnologia e as invenções são produtos humanos, ou seja, de natureza humana, e toda a criação motivada pela ação humana, em torno do processo de criação e aniquilamento, de construção e desconstrução, de transformação (criação e ruptura). Mas somos todos sabedores que isto é algo, que fora completamente desvirtuado, pois estamos falando de como, as lutas e as formas de trabalho, e suas condições de produção foram sendo exercidas ao longo da história em perspectiva de tempo e espaço. Tudo se configura e se materializa, pelos processos de excedentes e de apropriação deste, por parte, de membros dos grupos e dos processos de organização que paulatinamente, foram sendo apossados por integrantes que não mais precisavam desenvolver etapas e processos de trabalho, realidade que fica bem compreensível nos trabalhos de Marx (1988), Engels (1979) e Lukacs (1981).

Compreender o papel da categoria trabalho como fundante das ações e atos das determinações do fazer humano, e seus rebatimentos a partir da pré-ideação, dados e possibilitados de forma concreta, no sentido de que os atos das ideias se fazem pelo agir humano de forma concreta e material, onde suas necessidades, possibilitaram ao longo do seu processo evolutivo e histórico, meios de objetivação para produzir e desenvolver as condições não meramente de sobrevivência e de reprodução, pelo contrário, com o trabalho amplia-se as determinações e ressonância do ser social, que passa a criar objetos e instrumentos, que ressignificariam, seu agir e mediar sua consciência, e todas as relações de forma exteriorizada, ou seja, os objetos criados concretamente e materialmente, pelos processos históricos, transformariam a si mesmo, e aos outros, através de todos os processos metabólicos.

Tais determinações de pensar e agir, dimensionaram sua condição de ser genérico, em âmbito ontológico, onde tais ações definitivamente, possibilitam saltos evolutivos na ordem da sua prática e em suas aspirações futuras, que delimitariam seu ordenamento na práxis deste novo ser, assim como, através das organizações sociais dadas e constituídas, a partir das suas transformações.



Neste sentido compreender as questões metabólicas, dadas e proferidas, pelo fazer humano dos homens, através dos seus objetivos, das suas causas, determinação do seu agir e suas organização em sociedade que implicaram no seu ato de produzir, através das suas propriedades teológicas.

Convém apontarmos as percepções de Lukacs (1981), no tocante ao trabalho, visionada como categoria fundante do ser social. No contexto da ontologia lukacsiana, isto significa que, por um lado, que a gênese da categoria do trabalho corresponde a gênese de uma nova esfera do ser, de uma nova substancialidade, radicalmente distinta do ser apenas natural. E, por outro lado, que o trabalho fornece a proforma, ou seja, aponta o modelo genérico, da práxis humano-social.

Portanto, a gênese do trabalho e o processo fundante da complexa explicitação e ressignificação da essência humana, do devenir humane dos homens. Estabelecendo para tanto, o início da auto-constituição da humanidade enquanto gênero, para o filósofo húngaro, este é o momento fundante da genericidade em-si. Nesse exato sentido, a gênese da categoria do trabalho e a gênese do ser social.

No atual quadro pandêmico não podemos negar a realidade objetiva nem as leis objetivas da natureza, negação que cega fatalmente, e atenta contra a vida, onde as vontades individuais, imprimidas através das falsas necessidades do mercado e que segundo Engels, atenta contra a filosofia da realidade.

Devemos compreender que a capacidade das necessidades que elevam a liberdade humana, através de suas ações de verdade, os liberta, e metaboliza a natureza “para si” e promovendo as conquistas proclamadas através dos lemas reais de “Liberdade e Igualdade” através dos proclamados direitos humanos.

Desse modo, caem por terra todas essas tolas figurações a despeito da liberdade interior, nas quais o capital e a própria condição de contradição do espaço pela forma de sua produção e reprodução. Neste sentido devemos retomar diálogos e elaborações, de autores como Engels; quando afirma suas percepções a despeito da liberdade, pois, é o domínio de nós próprios e da natureza exterior, baseado na consciência das necessidades naturais; como tal é, forçosamente, um produto da evolução histórica. (p. 96. 1979).

O ser humano é um ser histórico e social criativo, que desenvolveu a capacidade de conhecer a natureza e aplicá-la em seu cotidiano visando sua liberdade. Porém, a ideologia capitalista conseguiu transformar este desejo humano de liberdade em desejo



de, além da necessidade, possuir novas mercadorias e desejos egoísticos completamente alienados.

A liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, trazendo-a para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora uma força cega; que o façam com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. (MARX, 1988, p.255)

A natureza humana exteriorizada não tem e nem elabora seu fim na morte dos indivíduos singulares, como bem a firma, Peixoto, pois, enquanto a existência individual e singular é finita, o caráter coletivo de suas experiências e descobertas no âmbito de uma curta existência permanecem como patrimônio do conjunto da humanidade, reconfigurando à no entrelaçar das muitas existências e histórias (40.p. 2007).

A perspectiva histórica, projeta o homem para além da duração de sua existência particular, e torna possível uma evolução e uma infinita variação no seu modo de ser, principalmente por sua capacidade de compreender as dinâmicas de construção, continuidade, convivência e aniquilamento, verificadas através da paisagem e dos objetos geográficos.

À primeira vista e de forma singela espero que esta breve reflexão teórica possa apontar novos olhares aos anos futuros por meio de verdades definitivas e inapeláveis, de verdades imutáveis e de concepções baseadas no conhecimento das coisas, até suas raízes descobertas, no estudo da infantilidade e da incipiência espiritual do momento pandêmico dos nossos tempos.

Pandemia: liberdade versus necessidade

Há a necessidade de refletirmos algumas questões que são de relevância no plano do vivido, percebido e concebido através das ações humanas, assim com analisar o comportamento social diante da pandemia de covid-19, se faz urgente. Sabe-se que em todas as catástrofes naturais, sejam elas: terremotos, alagamentos, furacões, erupções vulcânicas e etc., a liberdade individual é também abalada, ferida de morte e a única forma de sobreviver em uma localidade que sofre uma catástrofe natural é a solidariedade, comportamento coletivo e o protagonismo determinante do estado.

Diante da destruição de toda a infraestrutura de uma determinada localidade não há mais espaço para o liberalismo econômico e nem tampouco para os interesses



individuais, exige-se um esforço coletivo da sociedade e o maciço investimento do poder público na reconstrução e no reestabelecimento da vida.

Isto tudo já foi vivido em muitas sociedades pelo mundo a fora mediante as dinâmicas territoriais. Realidade que Santos aborda quando exerce as intenções e realizações do fazer histórico dos homens, nas dinâmicas territoriais e na constituição social do espaço.

O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 1999, p.7).

A Pandemia de covid-19 é uma catástrofe natural que atingiu todo o planeta, portanto, não se trata de uma hecatombe localizada, mas de uma tragédia mundial, ela, a covid-19 está ceifando vidas em todos os continentes e como a ciência no biênio 2020-2021, ainda não tinha concluído e/ou produzido remédios e/ou vacinas suficientes no mercado vacinal que garantisse a vacinação em massa, afim de propor o controle da pandemia pela imunização, firmou-se como condição de proteção as medidas sanitárias.

Realidade que , de forma imediata produziu determinadas regras sanitárias para conte-la, estas medidas, que até a presente data tem sido extremamente eficazes, mexem com o comportamento social, algo parecido com as medidas tomadas em outras catástrofes naturais, medidas emanadas pelo poder público e incorporadas pela sociedade, ou seja, sacrifica-se o liberalismo econômico e a liberdade individual em nome da necessidade de sobrevivência da coletividade, a ordem é determinada pela ciência e o que importa é a vida.

Neste sentido pretendemos aborda de forma sucinta, a problemática das medidas sanitárias propostas pela ciência e o comportamento social diante desta pandemia que de alguma maneira impacta na percepção do conceito de liberdade e das vivências, em âmbito coletivo.

A pandemia de covid-19 é a maior catástrofe do século XXI, está tragédia mundial já matou mais de um milhão de seres humanos e até o momento continua matando, não sabemos ainda quando está mortandade vai cessar.

A ciência mundial se juntou em um movimento nunca visto no planeta para combater esta praga, que de forma direta rebateu na produção socioespacial, até o



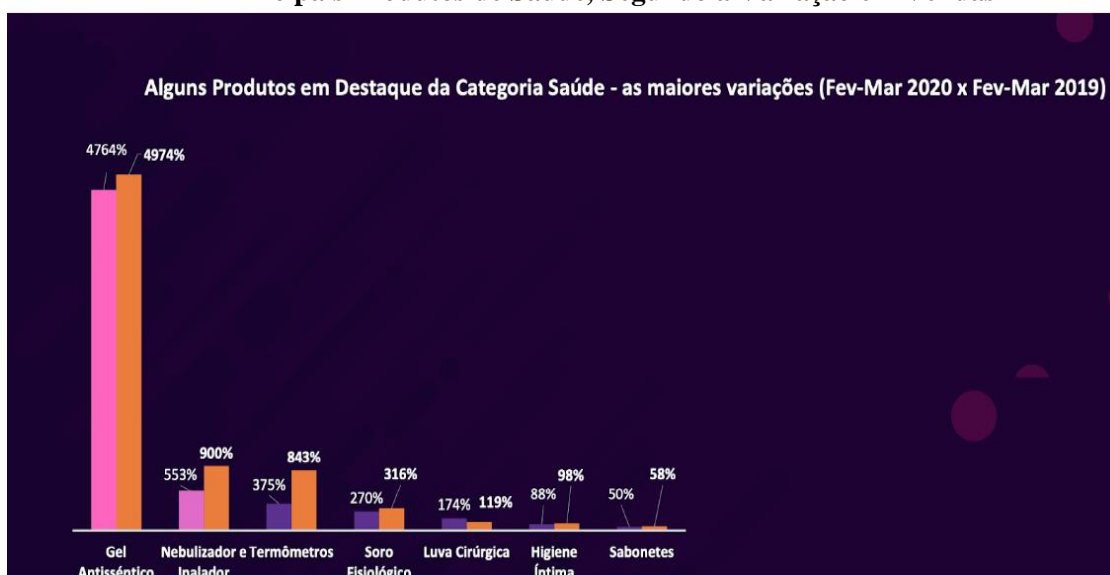
momento, tentou formular remédios para o combate ao vírus da covid-19, tais como: anti-inflamatórios, antivirais, anticorpos e etc.

Porém todos estes medicamentos apresentaram pouco ou nenhum efeito, então, diante deste estrondoso fracasso, a ciência apostou todas as esperanças na produção de vacinas, pois somente as vacinas podem conter ou controlar o vírus, segundo a ciência e suas mediações, até o presente momento.

A formulação mais eficiente que a ciência produziu para o combate imediato a covid-19 e que efetivamente funciona e sendo capaz de conter está catástrofe, para que a tragédia não fosse mais drástica, foi: o isolamento social, o distanciamento social, o uso de medidas e produtos sanitárias, a divisão do trabalho em essencial e não essencial. Estas medidas além de efetivas, são na sua mais clara profundidade, o sacrifício da “liberdade em função da necessidade”.

Os dados econômicos do mundo inteiro revelam que a maioria das pessoas trocaram os produtos que satisfaziam seus interesses individuais por produtos que garantiam sua saúde e a saúde coletiva, trocaram produtos de beleza, maquiagens, perfumes, etc., passaram a priorizar produtos sanitários. Situação que pode ser visualizada através do gráfico abaixo.

Principais Produtos de Saúde, Segundo a Variação em Vendas



Fonte: eabr – ecommerce

É também bastante impactante os dados econômicos de fechamento de bares, restaurantes e a queda na venda de veículos individuais, ao mesmo tempo em que



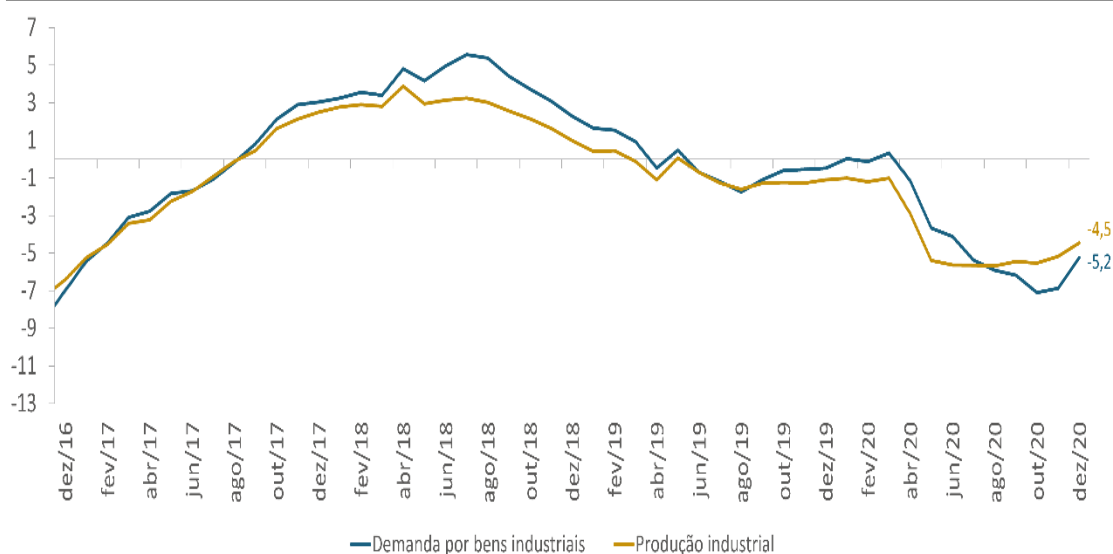
creceram as vendas de alimentos e bebidas nos supermercados, como também o aumento de vendas pela internet de alimentos e de produtos essenciais, inclusive produtos eletrônicos e aumento do consumo de internet, através do e-commerce.

Realidade que reflete, as “novas” e “velhas” formas de adaptação dos processos de reprodução do capital, mais que apontam as expressões de exteriorização das relações dos indivíduos, assim como, a subjetividade que vem se plasmando no âmbito do espaço e nas dinâmicas territoriais.

O gráfico abaixo, reflete as relações de refluxos da produção e circulação de produtos industriais no mercado, situação que reflete a prioridade exteriorizada pela ação pandêmica, já que, o sentido da vida dar-se como principal parâmetro, a mediar as prioridades e interesses no mercado, onde as vontades egoísticas demandadas pelas liberdades do capital em âmbito individual, de alguma maneira se ressignifica, mediante a realidade da maior tragédia social da história desta época. Para tanto, apontamos as quedas de consumo dos produtos industrializados no ano de 2020.

Demanda por bens industriais *versus* produção industrial

(Taxas de variação acumuladas em doze meses, em %)



Fonte: Ipea e IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Desta catástrofe que hoje atinge o mundo, fica claro e evidente que a ciência conseguiu com um conjunto de recomendações de medidas sanitárias e de isolamento social, ou seja, orientar para o sacrifício da “liberdade em nome da necessidade”, foi este sacrifício que salvou milhões de vida no mundo todo.



Fica claro também que sacrificar a liberdade em nome da necessidade no mundo do “liberalismo” não é uma tarefa muito fácil, portanto o exercício da plena “liberdade” tem debochado, desrespeitado, descuidado e não cumprido tais recomendações científicas, as consequências inevitáveis deste comportamento já geraram mais de um milhão de mortos e ainda não sabemos quantas mortes serão.

Quando o conhecimento se transformar em poderoso instrumento do progresso humano, ele se converterá em preocupação dos homens e mulheres em todos os domínios da vida. Retirando suas energias dos incomensuráveis recursos dos povos livres, ele não só vencerá irrevogavelmente a fome, a doença e o obscurantismo, mas no próprio processo de seu avanço vitorioso recriará a estrutura intelectual e psíquica do homem (BARAN, 1984, p. 258)

A maioria dos governos do mundo perceberam e assumiram as orientações científicas para o enfrentamento da pandemia, perceberam também que as orientações ortodoxas da economia liberal não eram adequadas para enfrentar a catástrofe; e diante desta dura realidade, tomaram medidas econômicas emergências, tais como: investimentos em saúde, ajuda financeira aos milhões de vulneráveis e facilitar créditos para pequenos e médios negócios. Está constatação, também corrobora que o papel do estado muda e assume que a necessidade é mais urgente que o liberalismo econômico.

Considerações Finais

A conclusão que se tem deste momento trágico é que o papel das unidades da federação, assim como, o comportamento social dos indivíduos no geral, determinaram a opção pela vida e perceberam que a necessidade determina a liberdade. Principalmente pelos diversos avanços da ciência, da tecnologia e da informação, como produtos do fazer humano, e do espaço socialmente constituído, assim como, as facilidades verificadas através da difusão do conhecimento em escala global.

A pesar das ações altruístas e de empatia que legitimam os interesses das relações coletivas das liberdades encontramos ainda diversas figuras políticas, pessoas de notoriedade pública ignominiosas ou grupelhos ideológicos que navegam sob o descaminho da proteção a vida. Tal realidade estando, portanto, na contramão da racionalidade e do esclarecimento do espaço socialmente produzido. Estes na verdade externam o ódio, a ignorância, a alienação, etc. acreditam na “*Alice adormecida*”, vidas metafísicas e no surreal; completamente contrários a vida e ao bom senso. Eles só acreditam em sandices, pretendendo confundir a sociedade, pois, acreditam que a Terra é plana e desdenham da eficácia das vacinas para conter a pandemia.



Finalizo este breve ensaio com a seguinte questionamento. Este comportamento vai durar depois da pandemia? O futuro incerto dirá!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARAN, Paul A. A economia política do desenvolvimento. Trad. de S. Ferreira da Cunha. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). In Mauricio Abreu. A Produção do Espaço: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.
- ENGELS, Friedrich, Anti-Duhring: filosofia, economia política e socialismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- LENINE, V. L, Materialismo e Empiriocriticismo: 2º edição Editora Estampa. Lisboa, 1975.
- LUKÁCS, G. O trabalho. In: LUKÁCS, G. Per una ontologia dell'essere sociale. Tradução de Ivo Tonet. Roma: Riuniti, 1981.
- MARX, K. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d, Livro 3, V. 6.
- MARX, K e ENGELS, F. A Ideologia Alemã. 6ª ed. São Paulo. Hucitec, 1987.
- MARX, K. Crítica ao Programa de Gotha – Observações sobre o Programa do Partido Operário Alemão. In: RICARDO, Antunes (org). A Dialética do Trabalho – Escritos de Marx e Engels. São Paulo. Expressa Popular, 2004.
- MARX, K. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. 5ª ed. São Paulo. Paz e Terra, 1986.
- MARX, Karl, Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política / Karl Marx; supervisão editorial Mario Duayer; tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- PEIXOTO, Miriam Campolina Diniz, A natureza humana entre a necessidade e a liberdade. Revista: Filosofia Unisinos, 8(1):33-40, jan/abr 2007. (33-40 p.)
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. A natureza do Espaço: Técnicas e Tempos, Razão e Emoção – 4 ed. 2 reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- _____. Técnica, espaço e tempo. São Pulo: Hucitec, 1996.